



## Senado aprova punição maior a torcida organizada violenta

Alteração no Estatuto do Torcedor passa de três para cinco anos o período de afastamento dos grupos dos locais dos eventos por episódios violentos. Proposta vai à sanção

O SENADO APROVOU ontem o projeto de lei da Câmara que modifica o Estatuto do Torcedor para aumentar de três para cinco anos a punição de afastamento de locais de eventos esportivos por prática de violência. O texto, de autoria do ex-deputado André Moura, garante a punição mesmo quando os atos forem praticados em datas e locais distintos dos eventos esportivos, mas motivados por eles. A pena pode ser aplicada a torcida organizada, a membro ou a associado que promover invasão de treinos, confronto com torcedores e outros atos violentos contra atletas e profissionais do esporte, mesmo em seus períodos de folga. Desde 2010, o Estatuto do Torcedor já pune a torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto, praticar ou incitar a violência. O texto vai à sanção. **3**



Antonio Anastasia, ao lado do secretário-geral da Mesa, Bandeira, comanda sessão em que projeto que endurece pena de torcida foi aprovado

Jefferson Rudy/Agência Senado

Vai à Câmara MP que antecipa 13º salário **5**

UIF poderá regular dinheiro do esporte **4**

MP que altera Coaf é aprovada em comissão **4**

Emendas à LDO somam R\$ 70,8 bi em gastos **3**

Avança controle de espécies exóticas **6**

### Relator de MP propõe saque de R\$ 998 do FGTS

O relator da medida provisória que permitiu aos trabalhadores saque de R\$ 500 nas contas do FGTS, deputado Hugo Mota, propôs no relatório, entregue ontem à comissão mista da MP, que o valor do saque suba para R\$ 998, o equivalente hoje ao salário mínimo. O objetivo, segundo ele, é reacquecer o consumo. O relatório deve ser votado pela comissão na terça-feira. **5**



O aumento do saque pode injetar na economia R\$ 3 bilhões, prevê o governo

Volter Campanato/Agência Brasil

### Ataques nas redes sociais saem de dentro do Planalto, diz Frota

O deputado Alexandre Frota disse ontem, à CPI das Fake News, que o Palácio do Planalto emprega três assessores responsáveis por uma “milícia virtual” que opera campanhas de ataques nas redes sociais contra adversários e dissidentes do governo. O coordenador das atividades seria o vereador do Rio de Ja-

neiro Carlos Bolsonaro, filho do presidente da República, Jair Bolsonaro.

O depoimento de Frota foi contestado pela base do governo. A deputada Caroline De Toni disse que, se as acusações de Frota forem verdadeiras, ele foi conivente com o que testemunhou antes de trocar o PSL pelo PSDB. **8**



Frota (D) depõe à CPI em reunião presidida pelo senador Angelo Coronel

Roque de Sá/Agência Senado

### Passa em primeiro turno proposta que garante direito à mobilidade

O Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, a inclusão da acessibilidade e da mobilidade entre os direitos previstos na Constituição. O texto terá de passar agora por três sessões de discussão para ser votado em segundo turno. **3**

### Comissão aprova restrição à jornada de trabalho de 12 por 36 horas

Foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça um projeto que revoga trecho da reforma trabalhista de 2017 para restabelecer restrições à concessão da jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso. **5**

### Feminicídio e estupro podem ser crimes que não prescrevem

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem proposta que torna imprescritível o crime de feminicídio. O relator, Alessandro Vieira, incluiu o estupro na lista de delitos que não prescrevem. O texto, de Rose de Freitas, segue para o Plenário. **7**

# Colegiado discute equidade de gênero e raça no Senado

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher conheceu ontem o plano da Casa sobre o tema, dividido em cinco eixos: comunicação, educação, cultura organizacional, gestão e saúde

A DIRETORA-GERAL DO Senado, Ilana Trombka, apresentou ontem à Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher o Plano de Equidade de Gênero e Raça da Casa. Presidente do colegiado, a senadora Zenaide Maia (Pros-RN) disse que a iniciativa é importante em um país como o Brasil, em que 30,5 milhões de lares são comandados por mulheres.

— O que chama mais a atenção é que 72% dessas mulheres ganham menos que dois salários mínimos — disse Zenaide. Os dados, segundo ela, são do IBGE e referem-se a 2018.

Ilana afirmou que o plano é resultado de um processo que começou em 2011, quando o

Senado aderiu ao Programa Pró-Equidade, do Poder Executivo. Desde então, outras iniciativas foram desenvolvidas, como a criação da Procuradoria Especial da Mulher, em 2013, e o lançamento, em 2015, do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

Houve ainda, em 2016, o programa que destina 2% das vagas terceirizadas do Senado a mulheres vítimas de violência doméstica. Depois foi lançado o Programa Mãe Nutriz, que garante às mães da Casa que amamentam jornada de seis horas diárias até que seu bebê complete 24 meses, sem redução salarial.

O Plano de Equidade de Gênero e Raça é dividido em cinco

eixos temáticos: comunicação, educação, cultura organizacional, gestão e saúde. São, no total, 28 objetivos, definidos em 17 reuniões com 18 unidades administrativas da Casa.

— Em 2019, não é preciso mais impor políticas de cima para baixo, mas tem um movimento de baixo para cima no estabelecimento das metas e do desenvolvimento delas — disse Ilana.

O diretor-geral da Câmara dos Deputados, Sérgio Sampaio, disse que também em 2011 a Câmara aderiu ao Programa Pró-Equidade do Executivo. Em 2014, foi criado um comitê de combate à discriminação com representantes de todos os setores da Câmara.

Segundo Sampaio, o cadastramento dos servidores contempla atualmente informações raciais. Os novos servidores passam por formação relacionada à igualdade. E o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara (Cefor) criou curso a distância sobre o tema.

— Mas reconheço a necessidade de encapsular todas as ações em um plano, como o do Senado, porque isso tem um poder disseminador e causa um impacto muito grande.



Ao lado de Zenaide e Sampaio, Ilana apresenta iniciativa do Senado

## Colegiado debaterá cortes na ciência e tecnologia

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem um pedido do senador Confúcio Moura (MDB-RO) para ouvir membros do governo, da academia e do setor privado em audiência pública. Na pauta, os cortes orçamentários que têm sido aplicados sobre os setores de ciência, tecnologia e inovação, como explicou Confúcio. A data da audiência será definida pelo presidente da CCT, senador Vanderlan Cardoso (PP-GO).

— As políticas públicas que apoiam estas áreas parecem estar sendo desmontadas. Os principais programas, agências e órgãos responsáveis pela política de ciência, tecnologia e inovação estão passando por fortíssimos cortes orçamentários e sem perspectivas de alívio a curto ou médio prazo. Quais são os impactos desta situação no empreendedorismo e na inovação em nosso país? Existe risco de colapso da

atual política e das agências? Existe alguma saída para que superemos estas dificuldades? — questionou Confúcio, como os principais pontos que espera sejam abordados na audiência.

Serão chamados para o debate representantes dos Ministérios da Economia e da Educação, do CNPq, da Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), do Sebrae e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

## Homenagem a Santa Dulce será em novembro

Foi adiada para 21 de novembro a sessão especial do Senado que vai celebrar a canonização da Irmã Dulce. Inicialmente a homenagem estava prevista para hoje.

Batizada como Maria Rita de Sousa Brito Lopes Pontes, Irmã Dulce era a segunda filha do professor universitário e dentista Augusto Lopes Pontes e da dona de casa Dulce de Souza Brito. Nasceu em Salvador, em

1914, e, a partir de 1921, adotou o nome da mãe. A religiosa dedicou-se à missão de ajudar as comunidades pobres da capital baiana e ficou reconhecida ao longo da vida pela devoção ao próximo, sobretudo os doentes e necessitados. Dulce foi beatificada em 2011, quando passou a ser reconhecida como beata Dulce dos Pobres. Com a canonização durante a missa celebrada no

Vaticano no dia 13, a religiosa baiana foi declarada a primeira santa brasileira pelo papa Francisco e tornou-se Santa Dulce dos Pobres.

Para a autora do pedido de homenagem (REQ 858/2019), senadora Kátia Abreu (PDT-TO), a canonização da Irmã Dulce é um marco histórico e religioso que merece ser celebrado, pois o Brasil tem a maior população católica do mundo.

## Lei garante assistência jurídica a vítima de violência doméstica

Já está em vigor a lei que garante às vítimas de violência doméstica e familiar assistência judiciária para pedido de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável. A Lei 13.894 foi publicada ontem no *Diário Oficial da União (DOU)* com vetos.

A nova norma determina ainda a intervenção obrigatória do Ministério Público para estabelecer a prioridade de tramitação desses procedimentos judiciais. E torna obrigatória a informação às vítimas, por parte das autoridades policiais, sobre os direitos conferidos e os serviços disponíveis, inclusive os de assistência judiciária para o eventual ajuizamento da ação de separação judicial.

A lei também prevê que a ação de divórcio é de competência do foro domiciliar da vítima de violência doméstica e familiar. O projeto que deu origem à lei

(PL 510/2019) foi aprovado pelo Plenário do Senado no dia 10.

O presidente da República em exercício, Hamilton Mourão, vetou alguns pontos do texto do projeto original. Um deles facilitaria o processo de separação das vítimas de violência doméstica. Segundo o texto aprovado pelo Senado e pela Câmara, o juiz responsável pela ação de violência doméstica também poderia decretar o divórcio ou a dissolução da união estável a pedido da vítima.

Outro ponto vetado garantiria prioridade de tramitação de processos judiciais caso a situação de violência doméstica se iniciasse após o pedido de divórcio ou dissolução da união estável.

Depois de ouvir os Ministérios da Justiça e Segurança Pública e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Mourão decidiu vetar os trechos, por contrariedade ao interesse público.

## Mourão sanciona lei que libera R\$ 40,5 bi para leilão do pré-sal

O presidente em exercício, Hamilton Mourão, sancionou na terça-feira a lei que libera R\$ 40,5 bilhões para viabilizar o leilão de campos excedentes do pré-sal, previsto para 6 de novembro. De acordo com a Lei 13.893, o Ministério de Minas e Energia vai usar R\$ 34,6 bilhões para cumprir acordo com a Petrobras. Os R\$ 5,9 bilhões restantes serão transferidos para estados, Distrito Federal e municípios, como parte do bônus de assinatura.

Firmado em 2010, o contrato de cessão onerosa garantia à Petrobras explorar 5 bilhões de barris de

petróleo em áreas do pré-sal pelo prazo de 40 anos. Em troca, a estatal antecipou o pagamento de R\$ 74,8 bilhões à União. Desde 2013, o governo negocia um aditivo de contrato com a empresa devido à desvalorização do preço do barril no mercado internacional. Esse aditivo foi fixado em R\$ 34,6 bilhões.

A lei também determina a abertura de um crédito especial de R\$ 16,7 milhões. Desse valor, R\$ 8,2 milhões vão para o Maranhão pagar precatórios e R\$ 8,5 milhões, para o BNDES financiar operações de investimento rural e agroindustrial.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



#### CI Fontes renováveis de energia

9h Audiência para debater geração, distribuição e taxação no setor solar fotovoltaico e demais fontes renováveis de energia.

#### CE Future-se

9h30 Audiência para debater o Programa Future-se, do Ministério da Educação.

#### CCJ Advogados e contadores

10h Audiência sobre o PL 4.489/2019, que declara notória especialização de advogados e contadores. Entre os convidados, representante do Ministério da Economia.

#### CRE Embaixador no Haiti

10h Entre 9 itens, a indicação de Marcelo Baumbach para embaixador no Haiti.

#### CTFC Energia elétrica em Roraima

10h Audiência para discutir o alto preço e a baixa qualidade da energia em Roraima.

#### PESSOA IDOSA Estatuto

10h Audiência para debater a efetividade do Estatuto da Pessoa Idosa.

#### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

# Pena de afastamento para torcida violenta fica maior

Proposta aprovada no Plenário modifica o Estatuto do Torcedor para aumentar de três para cinco anos a punição de organizadas. Ato longe dos eventos, mas motivados por eles, são atingidos

TORCEDORES OU TORCIDAS organizadas violentas podem passar a ser punidos com mais rigor. O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 12/2017, que garante a punição mesmo quando os atos forem praticados em datas e locais distintos dos eventos, mas motivados por eles. O texto vai para sanção.

O texto, do ex-deputado André Moura, modifica o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671, de 2003) para aumentar de três para cinco anos a punição de afastamento dos locais dos eventos esportivos. A pena pode ser aplicada a torcida organizada, a membro ou a associado que promover invasão de treinos, confronto com torcedores e outros atos contra atletas e profissionais do esporte, mesmo em seus períodos de folga.

Desde 2010, o Estatuto do Torcedor já pune a torcida organizada que, em evento esportivo, promover tumulto; praticar ou incitar a violência;

e invadir local restrito aos competidores, árbitros, fiscais, dirigentes, organizadores ou jornalistas. O projeto pode se aplicar a situações que ainda não estavam explícitas na lei.

Para a relatora, Leila Barros (PSB-DF), o projeto merece ser aprovado não só por ampliar o prazo de impedimento imposto às torcidas organizadas e a dirigentes envolvidos em atos proibidos pelo estatuto, mas por aumentar a pena para delitos praticados fora do ambiente que é sede do

evento desportivo.

— Em 2019 já vimos vários episódios de centros de treinamento de equipes de futebol que foram invadidos por torcidas que protestavam contra o mau rendimento de suas equipes, várias ocorrências de hostilidade por parte de torcedores contra jogadores em seus momentos de folga. Esporte, torcida, gera paixão gera nervos inflamados, então acho que é muito interessante essa alteração de estatuto — argumentou a relatora.



Punir ocorrências fora da sede do evento é mérito do texto, diz Leila

## Aprovado limite para empréstimo com aval da União

A concessão de garantias da União a empréstimos dos estados, do DF e dos municípios será limitada a R\$ 22,5 bilhões em 2019. O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 102/2019, que contém o chamado intralimite proposto pelo Executivo, foi aprovado ontem no Plenário.

O texto vai a promulgação.

A fixação dos limites está prevista em resolução do Senado que autoriza o presidente da República ou a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a definir um valor máximo para as operações. O texto do PRS 102/2019 foi enviado ao Congresso ao final de 2018, no governo do então presidente Michel Temer.

O relator na CAE, Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), afirmou que a proposta está em consonância com as estimativas de resultados primários para os entes federados, com a capacidade de pagamento e com a previsão do valor anual de novas operações de crédito passíveis de contratação por órgãos do setor público.

## Embaixada brasileira na Eslováquia tem novo titular

O diplomata Eduardo Ricardo Gradilone Neto foi aprovado pelo Senado para o cargo de embaixador do Brasil na Eslováquia, obtendo 43 votos favoráveis, 3 votos contrários e 3 abstenções.

O diplomata é formado em jornalismo e em direito, tendo sido aprovado no Instituto Rio Branco em 1978.

Gradilone já chefiou as representações brasileiras na Nova Zelândia (2012-2016) e na Turquia (2016 até o momento).

Sua missão será representar os interesses do governo brasileiro e dos brasileiros junto ao governo da Eslováquia, país de 4,5 milhões de habitantes e que mantém uma média anual

de 100 a 150 milhões de euros em comércio bilateral.

O Brasil tem exportado produtos primários agropecuários e máquinas para a Eslováquia e importado cristais e automóveis, como das fábricas Kia, Citroën, Land Rover e Volkswagen, que correspondem a 70% das vendas eslovacas ao Brasil.

## Proposta orçamentária recebe quase 9 mil emendas parlamentares e do PPA, 458

O projeto da Lei Orçamentária de 2020 (PLN 22/2019) recebeu 8.934 emendas direcionadas à despesas. No total, elas sugerem R\$ 70,8 bilhões em gastos. O prazo para emendas acabou no dia 24.

Neste ano, cada um dos 513 deputados e 81 senadores teve direito de propor até R\$ 15,9 milhões em emendas

individuais. Os deputados apresentaram 7.269 emendas individuais, no total de R\$ 8,2 bilhões, e os senadores 1.072, somando R\$ 1,3 bilhão. Elas terão execução obrigatória (serão impositivas).

As emendas coletivas somaram R\$ 61,3 bilhões. As comissões propuseram, juntas, 42 emendas no valor de R\$ 42,6

bilhões. Todas são discricionárias. O restante veio de 26 bancadas estaduais. Foram 421 emendas, totalizando R\$ 18,7 bilhões, sendo R\$ 6,4 bilhões de execução obrigatória.

A saúde foi a área mais contemplada, com R\$ 13,3 bilhões no total. Em segundo lugar, ficou o desenvolvimento regional, com R\$ 12,2 bilhões.



Relator na CCJ, Randolfe disse que a iniciativa é muito importante

## Proposta que garante direito à mobilidade passa em 1º turno

O Plenário aprovou ontem, em primeiro turno, a inclusão do direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos expressamente previstos na Constituição (PEC 19/2014). O texto agora terá de passar por três sessões de discussão para ser votado em segundo turno.

De Paulo Paim (PT-RS), a PEC acrescenta os dois termos ao artigo 5º, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos da Constituição. O senador pretendia adicionar as citações ao caput do artigo, mas uma emenda sugerida por Antonio Anastasia (PSDB-MG) e acatada pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), as posicionou entre os mais de 70 incisos. Essa parte do texto seria a mais adequada para detalhar propósitos específicos, explicou o relator. Randolfe classificou a proposta como muito importante e disse que “a menção expressa será mais eficaz do que a inferência implícita que se faz desses direitos”.

A Constituição já garante a “inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. De acordo com Paim, embora a lei e os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário deixem implícito o direito de locomoção, não há no texto constitucional uma menção explícita ao direito de mobilidade e acessibilidade para a realização “de atividades corriqueiras como ir de casa ao trabalho, do trabalho para

a faculdade, de lá para hospitais e centros de lazer com agilidade e usando a devida infraestrutura”.

O senador Flávio Arns (Rede-PR) pediu que a construção de novas cidades ou novas estruturas priorizem a mobilidade, que é boa “para idoso, para quem empurra um carrinho de bebê, para quem enfrenta uma limitação momentânea” e representa um avanço na inclusão. Romário (Podemos-RJ) disse que a aprovação da PEC marca um dia histórico. Alvaro Dias (Podemos-PR) também manifestou “apoio integral” à proposta. Para Eliziane Gama (Cidadania-MA), a proposta ajuda a garantir os direitos das pessoas com deficiência que, segundo a senadora, chegam a cerca 24% da população brasileira.

— Essa PEC é um avanço importante para o Brasil. Essa política não deve ficar apenas no nome, mas deve aparecer de forma transversal em todas as ações políticas do nosso país.

### Sanção tácita

A ordem do dia de ontem também marcou o início da tramitação em Plenário da PEC que insere na Constituição a referência expressa ao prazo para sanção tácita (PEC 48/2017). A senadora Rose de Freitas (Podemos-ES) é a primeira signatária da proposta, que estabelece que “decorrido o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do presidente da República importará sanção”. A Constituição diz apenas “quinze dias”, sem referência a dias corridos ou úteis.

# Combate à lavagem de dinheiro em competição esportiva vai a Plenário

Projeto aprovado na CCJ prevê que organizadores de competições esportivas comuniquem transações à Unidade de Inteligência Financeira

UMA PROPOSTA QUE torna mais rigorosa a legislação de combate à lavagem de dinheiro por meio do esporte foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PLS 456/2016 obriga os organizadores de competições esportivas a identificar e manter atualizados os registros de clientes, assim como comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), atual Unidade de Inteligência Financeira (UIF), as transações realizadas durante a execução dos contratos. O texto segue para o Plenário.

A Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613, de 1998) já exige a identificação de clientes e a comunicação de movimentações financeiras à UIF. Mas a regra vale apenas para quem faz promoção, intermediação, comercialização, agenciamento ou negociação de direitos de transferência de atletas e artistas, assim como organização de



Texto aprovado na comissão obriga atualização de registros de clientes

feiras e exposições. A proposta estende a exigência especificamente para a negociação de direitos e serviços relativos a competições esportivas, não se restringindo apenas aos direitos de transferência, como estabelecido no texto vigente.

Pela nova regra, os organizadores dos torneios devem manter, por pelo menos cinco anos, os registros de todas as transações em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de

crédito, metais e outros ativos que possam ser convertidos em dinheiro.

Eles também precisam se cadastrar e manter atualizado o próprio registro na UIF. Os responsáveis pela negociação devem comunicar ao órgão em 24 horas as transações financeiras relativas a direitos e serviços de competições esportivas.

A relatora, Leila Barros (PSB-DF), concorda com a iniciativa. “Para combater eficazmente

o branqueamento de capitais, é imprescindível a adoção de um rígido sistema de controle, por meio da imposição legal de informar a ocorrência de atividades e negócios costumeiramente utilizados nessa modalidade delitiva”, defende. Leila apresentou emenda para deixar expresso que se sujeitam às obrigações de identificação do cliente e de comunicação de operações suspeitas à UIF as pessoas físicas ou jurídicas que atuem nas atividades esportivas ou artistas.

O projeto é iniciativa da CPI do Futebol, concluída em 2016. Na ocasião, o relator, o ex-senador Romero Jucá, defendeu a mudança na Lei de Lavagem de Dinheiro, “para que, entre as entidades obrigadas a adotar a política do ‘conheça o seu cliente’, estejam todas aquelas que operam nas redes de intermediação e serviços envolvidos nos negócios do mercado do futebol”.

## Estado que não repassar recursos a municípios pode ficar sem FPE

Estados que deixarem de repassar a seus municípios as parcelas de 50% do IPVA e de 25% do ICMS poderão ter cotas do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) retidas. A medida é sugerida na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/2019, aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta, que segue para votação em dois turnos no Plenário, foi apresentada pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) e recebeu voto favorável do relator, senador José Serra (PSDB-SP). Além da retenção do FPE, a União deverá depositar os valores correspondentes aos montantes que deixaram de ser entregues aos municípios. A ausência desse repasse

pelos governos estaduais às prefeituras será comprovada por certidão expedida pelo Tribunal de Contas do estado.

Segundo Anastasia, têm sido cada vez mais frequentes os atrasos dos repasses dos montantes relativos ao IPVA e ao ICMS pertencentes aos municípios.

“A ausência dos repasses quebra a previsibilidade financeira necessária a qualquer administrador público, provocando atraso nos pagamentos não apenas dos servidores municipais, mas também dos fornecedores”, argumenta Anastasia na justificativa da PEC.

— Estados não estão repassando aos municípios a parte que lhes cabe no bolo tributário. Isso é inadmissível — afirmou Serra.

## Comissão mista aprova relatório sobre Medida Provisória do Coaf

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 893/2019 aprovou ontem o relatório do deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR). A MP transferiu o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Economia para o Banco Central (BC), mudou o nome do órgão para Unidade de Inteligência Financeira (UIF) e alterou sua estrutura. O relatório passa a tramitar como projeto de lei de conversão e segue para os Plenários da Câmara e do Senado.

Stephanes Junior disse que as alterações foram acordadas com representantes do BC, do Ministério da Economia e da comissão. Além de mudar o nome do órgão, a MP permitiu a nomeação de não servidores públicos para integrar o con-

selho deliberativo, composto por até 14 conselheiros.

O deputado, no entanto, retomou o nome Coaf e alterou a estrutura organizacional ditada pela MP. Pelo relatório, o Coaf será composta por presidência, plenário e quadro técnico. Esse plenário, em substituição ao conselho deliberativo, será composto pelo presidente do Coaf e por 12 integrantes, todos servidores efetivos ligados a áreas econômicas, como Receita Federal. O relator apresentou complementação de voto, com base em sugestões do deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), para incluir um representante da Advocacia-Geral da União no plenário e estabelecer critérios de formação acadêmica e qualificação profissional na designação dos servidores.

## Estádios e ginásios deverão ter filmagem e detector de metal

O uso de detectores de metal e a gravação contínua de imagens em eventos de qualquer natureza realizados em ginásios e estádios esportivos podem se tornar obrigatórios. É o que está previsto no projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PLC 67/2017 segue para votação em Plenário.

A proposta foi apresentada em 2011 pelo então deputado e hoje senador

Jorginho Mello (PL-SC). O texto tratava inicialmente da instalação de equipamentos de segurança em arenas e estádios credenciados para a realização de jogos oficiais de futebol em cidades com mais de 500 mil habitantes. O texto aprovado na Câmara, no entanto, ampliou para outros equipamentos acima de 10 mil lugares e ginásios esportivos acima de 5 mil lugares, em qualquer cidade. Também

passou a abranger todas as modalidades esportivas e culturais.

O projeto, que altera o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei 10.671, de 2003), determina a gravação de imagens em todas as áreas do local do evento, desde o momento da entrada do público até sua completa saída. E estabelece prazo de um ano para os estádio e ginásios se adaptem à norma, sob pena de interdição

em caso de descumprimento.

A relatora a na CCJ foi Leila Barros (PSB-DF). “Não é raro nos depararmos com cenas de selvageria envolvendo torcedores em estádios. Apesar de a legislação brasileira prever penas administrativas e criminais para casos de violência em estádios, muitas vezes elas deixam de ser aplicadas pela dificuldade em se identificar os autores”, explica a senadora no relatório.

## Para Plínio, STF pode reforçar a percepção de impunidade no país

Plínio Valério (PSDB-AM) manifestou preocupação com a decisão do STF sobre prisão em segunda instância. A expectativa é que o tribunal considere ilegal a prisão em segunda instância, no julgamento previsto para ser encerrado em 7 de novembro. Plínio disse que inviabilizar a prisão em segunda instância não liberta apenas os condenados da Lava Jato, mas também estupradores e pedófilos, entre outros criminosos.

— A sociedade terá a percepção de que o Brasil se transformou mesmo no país da impunidade — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Zequinha Marinho defende limite para dívida da União

Zequinha Marinho (PSC-PA) sugeriu que o governo encaminhe projeto para estabelecer um limite global de dívida da União. Para cumprir a meta do resultado primário e pagar os juros da dívida pública, o governo precisa poupar o dinheiro disponível nos fundos criados por lei, alguns deles voltados para investimento em infraestrutura. Sem poder usar os recursos, o governo fica estimulado a contrair novas dívidas, explicou.

— A crescente dependência federal de recursos de terceiros, além de não coibida, é incentivada pelo teto de gastos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Izalci espera MP sobre Fundo Constitucional do Distrito Federal

Izalci Lucas (PSDB-DF) disse em Plenário que espera que o presidente Jair Bolsonaro edite uma medida provisória para regulamentar pontos referentes ao Fundo Constitucional do Distrito Federal que provocam dúvidas e equívocos. O fundo financia a organização e a manutenção da segurança pública no DF e colabora com a saúde e a educação.

Segundo o senador, um dos aspectos a serem resolvidos é a devolução ao Tesouro dos recursos não utilizados no ano. A Justiça tem entendido que o valor não executado deve ser devolvido.



Jefferson Rudy/Agência Senado



Simone Tebet, presidente, e Jorginho Mello, vice, durante reunião da Comissão de Constituição e Justiça

## Avança restrição à jornada de trabalho 12 x 36 horas

Projeto aprovado ontem na CCJ restabelece limitação prevista em lei antes da aprovação da reforma trabalhista. Adoção só será possível em caráter excepcional para não prejudicar a saúde do trabalhador

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um projeto que revoga trecho da reforma trabalhista aprovada pelo Congresso em 2017 para restabelecer restrições à concessão da jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso. O PLS 298/2017 segue agora para análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

A reforma trabalhista dispensou de autorização prévia a adoção de jornadas de trabalho em regime de 12 por 36 e permitiu que fosse feita, mediante acordo individual escrito entre empregador e empregado, acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva. Segundo o autor, senador Paulo Paim (PT-RS), a jornada de 12 por 36 deve ser restrita e só poderá ser aplicada em caráter excepcional e em atividades que a demandem por características especiais, o que preservará a saúde do trabalhador.

“A possibilidade da livre adoção desse tipo de jornada

em qualquer tipo de atividade econômica representa um elevadíssimo risco, não apenas para os trabalhadores, mas para toda a sociedade. Os exemplos são fáceis de imaginar. A adoção de tal jornada por operadores de máquinas pesadas, por trabalhadores da construção civil e por responsáveis pelo embarque e desembarque de cargas é absolutamente inadequada”, argumenta Paim.

O relator na CCJ, senador Weverton (PDT-MA), apresentou parecer pela aprovação do projeto em sua redação original e pela rejeição de emendas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As emendas estabelecem que o acordo individual só valeria para o setor de saúde e que as demais categorias precisariam registrar a possibilidade da jornada de 12 por 36 em convenção coletiva.

Para o relator, o projeto corrige a distorção sancionada na reforma trabalhista. A saúde do trabalhador não pode ser desconsiderada em prol dos

interesses do empregador, afirma Weverton.

“Se o tomador dos serviços deseja estabelecer unilateralmente o regime de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso em atividade insalubre, deve submeter-se à supervisão de autoridade competente, a fim de não comprometer o bem-estar de seus empregados. Trata-se de medida de proteção, que deve ser oferecida pelo ordenamento jurídico brasileiro em prol de interesses indisponíveis da parte mais fraca da relação laboral”, argumenta.

Weverton ressaltou que, ao contrário do que consta no parecer aprovado na CAE, a redação original do projeto não inibe que as categorias econômicas e profissionais, de comum acordo, dispensem a inspeção de autoridade competente para a prorrogação de jornada em local insalubre. A aprovação do texto conforme a redação original, afirma o relator, atende concomitantemente à saúde do trabalhador e à força da negociação coletiva.

## Comissão aprova antecipação de parte do 13º salário pelo INSS

A comissão mista da medida provisória que determina o pagamento de até 50% do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS junto com o benefício de agosto foi encerrada ontem com a aprovação do relatório favorável do deputado Fernando Rodolfo (PL-PE). Pela MP 891/2019, a segunda parcela será paga junto com o benefício de novembro.

O relator acatou apenas 1 das 20 emendas, mas também fez outras mudanças no texto do Executivo. Agora, a medida segue para votação na Câmara na forma de projeto de lei de conversão. Depois, o projeto ainda terá de ser votado no Plenário do Senado.

A medida vale para quem recebe aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-acidente, pensão por morte ou auxílio-reclusão. A antecipação do 13º salário já tem sido feita desde 2006, mas precisava ser confirmada anualmente por decreto presidencial. A única emenda acolhida, de Izalci Lucas (PSDB-DF), determina que o Imposto de Renda sobre esse 13º deverá incidir apenas no pagamento da segunda parcela.

De acordo com o governo, a antecipação do 13º injetará

cerca de R\$ 20 bilhões (valores referentes a 2019) na economia no terceiro trimestre de cada ano, contribuindo para a melhoria do ambiente comercial e industrial. Cerca de 30 milhões de beneficiários terão direito à primeira parcela do abono anual, que corresponde a até metade do valor do benefício. Os beneficiários do Bolsa Família estão fora da medida, mas devem ser contemplados em outra MP, conforme o relator.

Além da antecipação do abono salarial, a medida provisória alterou a lei que trata do pente-fino realizado por peritos do INSS em aposentadorias, pensões e auxílios com indícios de irregularidades. Segundo a norma (Lei 13.846, de 2019), o pente-fino atingiria benefícios cujo prazo de análise havia expirado até 18 de janeiro de 2019. Conforme a MP, a análise dos peritos vai se estender a benefícios com prazo de análise expirado até 15 de junho de 2019.

A lei que trata da revisão dos benefícios, sancionada em junho deste ano, é oriunda da Medida Provisória 871/2019, que fez parte do esforço do governo para conter as despesas previdenciárias.



Sérgio Petecão preside a reunião, ao lado do deputado Rodolfo

## Relator de medida propõe que saque imediato nas contas do FGTS suba para R\$ 998

O deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) apresentou ontem à comissão mista da MP 889/2019 seu relatório à medida provisória do saque-aniversário às contas do FGTS. Editada em julho, a MP permitiu aos trabalhadores com contas vinculadas ao fundo um saque imediato de até R\$ 500, independentemente de aderir ao não ao saque-aniversário. O relatório de Motta amplia o valor para R\$ 998 (o valor atual do salário mínimo), com o objetivo de reaquecer o consumo.

— Estamos reconhecendo a atual dificuldade por que passa a população. Um acordo amplo entre governo e oposição está garantindo o saque total, para as contas que tinham saldo de até um salário mínimo no dia 24 de julho deste ano, data em que a MP entrou em vigor. O governo calcula que essa

ampliação injetará mais R\$ 3 bilhões na economia — disse.

Dentro do acordo, também ficou acertado que o saque de valores residuais de até R\$ 80 ocorrerá após 180 dias da data de publicação da lei resultante da MP. Isso para os que optarem pelo saque imediato de até R\$ 998. O relatório será votado pela comissão mista

na terça-feira, seguindo então para os Plenários da Câmara e do Senado, respectivamente.

A medida criou o saque-aniversário nas contas vinculadas do FGTS. Pela modalidade, os trabalhadores poderão optar por sacar um percentual dos saldos das contas do FGTS anualmente, no mês de seu aniversário. Caso escolha a

modalidade, o trabalhador abre mão da possibilidade de sacar os recursos nas situações de rescisão do contrato de trabalho. Mas fica preservada a garantia de o trabalhador receber o montante equivalente a 40% da multa rescisória nos casos de demissão sem justa causa, mesmo que tenha optado pelo saque-aniversário.

Também ficam preservadas as demais formas de saques dos recursos das contas do FGTS, sendo as principais: aposentadoria, compra de imóveis, morte ou doença grave. Os trabalhadores poderão recorrer ao saque-aniversário a partir de 2020. O percentual disponível para o saque-aniversário será maior para os cotistas com saldos menores, visando manter a disponibilidade de recursos e as aplicações do fundo. Quem tiver até R\$ 500 no FGTS poderá

sacar metade do recurso. A adesão ao saque-aniversário é voluntária por parte dos trabalhadores.

O texto proposto por Motta acaba com a “multa” adicional de 10% sobre os depósitos (Lei Complementar 101, de 2001), no caso das demissões sem justa causa. O acordo estabelece uma significativa redução da taxa de administração do fundo. Essa taxa, que é recolhida pela Caixa, cairá de 1% ao ano para 0,5% ao ano, sobre o total dos ativos. A queda possibilitará uma economia superior a R\$ 2,5 bilhões por ano ao FGTS a partir da sua implementação, segundo cálculos apresentados por Motta.

O texto também cria um limite para as outras despesas administrativas do FGTS, que será de 0,1% ao ano sobre o valor dos ativos.

### Valores de saque-aniversário

VALOR DO FGTS	PERCENTUAL DE SAQUE	PARCELA ADICIONAL
» até R\$ 500	50%	-
» R\$ 500,01 a R\$ 1.000	40%	R\$ 50
» R\$ 1.000,01 a R\$ 5.000	30%	R\$ 150
» R\$ 5.000,01 a R\$ 10.000	20%	R\$ 650
» R\$ 10.000,01 a R\$ 15.000	15%	R\$1.150
» R\$ 15.000,01 a R\$ 20.000	10%	R\$1.900
» Mais de R\$ 20.000	5%	R\$2.900

# Setor energético segue meta ambiental, aponta debate

Segundo o Ministério de Minas e Energia, 43% da energia produzida hoje no Brasil vem de fontes renováveis. A previsão é que, nos próximos anos, haja aumento na produção eólica e solar

OS PLANOS DE expansão do setor de energia no Brasil estão alinhados com os compromissos assumidos pelo país para implantação do acordo de redução do aquecimento global, avaliaram ontem representantes do setor energético em audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC). O tema foi biocombustíveis e a matriz elétrica nacional.

O Brasil assumiu perante a Organização das Nações Unidas (ONU) o compromisso de reduzir até 2025 suas emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005. Até 2030, a redução deve ser de 43% em relação a 2005.

Do Ministério de Minas e Energia, Luís Fernando Badanhhan disse que o país projeta para 2027 queda no uso dos derivados de petróleo e aumento das fontes renováveis na matriz energética, com o uso de energia solar e eólica, biogás, gás industrial e os derivados da cana-de-açúcar, as quais atingirão quase 20% da matriz.

— O combustível fóssil é responsável hoje por 55,4% da energia no Brasil, que cairia para 50,6% em 2027. Estamos numa posição favorável em relação ao mundo. O Brasil tem hoje 43% de renováveis. Na matriz elétrica, os números são melhores. Do ponto de vista



Representante do governo, Badanhhan fala em reunião da comissão mista

de renováveis, destaque para a eólica, que subiria para 11,7% da matriz, em 2027, queda do óleo e carvão, e aumento da energia solar em 3,4%.

## Etanol

Da União da Indústria de Cana-de-Açúcar, Ludmilla Cabral disse que a matriz energética do Brasil é um exemplo para o mundo. Segundo ela, o aumento de combustíveis renováveis na matriz torna-se fundamental para a consecução das metas do Acordo de Paris, com a expansão da bioeletricidade e o aumento do volume de etanol nos carros.

— Desde 2015, quando o Acordo de Paris foi celebrado, até agosto deste ano reduzimos 240 milhões de toneladas de dióxido de carbono pelo uso do etanol como biocombustível. A colheita mecanizada no Centro-Sul, que extingue a queima da cana,

também contribuiu, além da bioeletricidade fornecida pelo setor à rede — afirmou.

Segundo Henry Joseph Junior, da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, a indústria automobilística já trabalha em linha com as tecnologias a serem adotadas em 2025. Para ele, um dos caminhos para o alcance das metas seria a eletrificação a médio e longo prazos.

Representante do Instituto Clima e Sociedade, Roberto Kishinami apontou a falta de políticas energéticas associadas a questões sociais, principalmente no que se refere à energia hidrelétrica.

Da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, Rodrigo Sauer disse que energia fotovoltaica tem avançado muito e 93% dos brasileiros querem gerar energia limpa e renovável em suas casas e empresas.

# Avança controle populacional de plantas e animais exóticos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que autoriza o controle populacional de espécies exóticas invasoras reconhecidas como nocivas. O PLS 201/2016, de Wellington Fagundes (PL-MT), também define condições para o consumo, a distribuição e a comercialização de produtos e subprodutos resultantes do abate desses animais. O texto segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde recebe decisão terminativa.

Wellington se disse motivado a apresentar o projeto principalmente pelo alastramento nocivo do javali europeu no Brasil. Pelo texto, o controle populacional compreende a perseguição, o abate, a captura e a marcação de espécimes seguida de soltura para rastreamento. O conceito abrange ainda a captura seguida de eliminação e a eliminação direta de espécimes.

Caberá ao Poder Executivo declarar a nocividade da espécie exótica invasora, por meio de ato que também de-

terminará os limites geográficos e de tempo das atividades de controle. A execução será efetuada por pessoas físicas ou jurídicas cadastradas nos órgãos ambientais, aos quais deverão encaminhar relatórios de suas atividades.

No ato normativo deverá constar a quantidade de espécimes passíveis de abate ou eliminação, além de condições para o controle populacional, em função das características da espécie. No caso de controle por abate, a medida deverá ocorrer imediatamente após a chegada dos animais vivos ao matadouro. Fica vedada a manutenção de criadouros, exceto nos casos em que a legislação expressamente permitir.

O relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), reconhece que a introdução de espécies da flora e da fauna no país é motivo preocupação, pela ocorrência de pragas e também de dominação da espécie invasora, o que pode levar até mesmo à extinção de espécies nativas.



Alastramento nocivo do javali europeu motivou apresentação do texto

# Redução de 15 para 5 metros de faixa não edificável em rodovias vai a Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou alteração sugerida pela Câmara ao projeto que garante a permanência de construções erguidas nas faixas não edificáveis ao lado de rodovias e ferrovias. O texto permite que os municípios reduzam o limite dessas faixas, apenas nas rodovias, dos atuais 15 para até 5 metros de cada lado. As emendas ao PL 693/2019

seguem para o Plenário com pedido de urgência.

Originalmente, o texto proposto pelo senador Jorginho Mello (PL-SC) e aprovado em julho pelo Senado previa a possibilidade de redução da faixa não edificável de rodovias e também de ferrovias para 5 metros, assim como a regularização das construções que estivessem sobre essas faixas. Na passagem

pela Câmara, foi excluída a possibilidade de diminuição das faixas não edificáveis das ferrovias. Os deputados consideraram que as faixas de domínio e não edificáveis de algumas estradas de ferro já são extremamente pequenas, e diminuí-las poderia trazer riscos à população. O relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM), lido por Lasier Martins (Podemos-RS),

aprova a mudança da Câmara. “Não podemos deixar de concordar com a Câmara dos Deputados que, no âmbito do transporte ferroviário, a existência de passagens de nível, a invasão de faixas de domínio e o desrespeito a faixas não edificáveis já está a exigir uma redução da velocidade das vias e das composições, além de colocar em risco a segurança da população do entorno.

Se essa situação já ocorre em faixas non aedificandi (não edificantes) de 15 metros, conforme estabelece a Lei 6.766, de 1979, imagine-se o que ocorrerá se a distância for reduzida para 5 metros. Portanto, concordamos que ao excepcionar as ferrovias da regra geral, a lei cumprirá inegavelmente uma importantíssima função social”, afirma o relatório.

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luís Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Érica Ceolin  
**Coordenadora-geral:** Luciana Rodrigues  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burtle  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

# Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Texto que torna crime de feminicídio imprescritível segue para o Plenário

O relator, Alessandro Vieira, também incluiu o estupro na lista de delitos que não prescrevem no projeto de autoria de Rose de Freitas

O CRIME DE feminicídio poderá se tornar imprescritível, assim como já é o crime de racismo. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 75/2019, que modifica o artigo 5º da Carta Magna para determinar que o feminicídio poderá ser julgado a qualquer tempo, independentemente da data em que foi cometido. O texto segue para votação em dois turnos no Plenário.

Feminicídio é o homicídio cometido contra mulheres motivado por violência doméstica ou discriminação de gênero. Atualmente o tempo de prescrição varia de acordo com o tempo da pena, que é diferente em cada caso.

A proposta, de Rose de Freitas (Podemos-ES), teve parecer favorável de Alessandro Vieira (Cidadania-SE). A senadora citou estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) que situou o Brasil em quinto lugar na taxa de feminicídios entre 84 nações pesquisadas. Ela mencionou o *Mapa da Violência de 2015: homicídio de mulheres no Brasil*, segundo o qual 106.093 mulheres foram assassinadas no país entre 1980 e 2013.

A senadora ressaltou que o Congresso tem feito sua parte,



Rose elogiou o Congresso pela aprovação de leis, mas quer avançar mais

inclusive com a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, e da Lei do Feminicídio, em 2015, mas ela considera possível avançar mais.

## Estupro

Por sugestão da presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), o relator incluiu o estupro na lista de crimes imprescritíveis. Proposta com esse objetivo (PEC 64/2016) já foi aprovada pelo Senado e aguarda decisão da Câmara.

— Se for aprovada a PEC do estupro lá [na Câmara], vamos ter duas alterações da Constituição em cima do mesmo inciso. Um dos projetos sairia prejudicado. O do ex-senador Jorge Viana é anterior, mas o dela [Rose de Freitas] vai ser mais amplo — disse Simone.

O relator concordou que o

feminicídio deve ser incluído no rol dos crimes muito graves que possuem status de imprescritíveis. Ele destacou levantamento do Núcleo de Estudos da Violência da USP e a pesquisa *Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*, do DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, que confirmou que os registros de feminicídio cresceram em um ano no país.

— Precisamos comunicar aos agressores que a violência contra as mulheres não é admissível e será severamente punida. Tornar o feminicídio imprescritível é um dos caminhos possíveis para a dissuasão que pretendemos — defendeu Alessandro.

O crime entrou para o Código Penal como um qualifica-

dor do crime de homicídio, no rol dos crimes hediondos. Isso ocorreu a partir da Lei 13.104, de 2015, derivada de projeto da Comissão Mista da Violência contra a Mulher.

Já existe agravante se o crime for cometido contra menores de 14 anos, maiores de 60 anos ou com deficiência. A pena é agravada quando o crime ocorrer durante a fase de gestação (ou nos três meses posteriores ao parto) e na presença de descendente ou ascendente da vítima.

## Outros crimes

Marcos Rogério (DEM-RO) enfatizou a necessidade de tornar outros crimes imprescritíveis, como o homicídio qualificado e o homicídio motivado por homofobia. Ele chegou a sugerir o adiamento, mas declinou, ao ser convencido por outros senadores, como Fabiano Contarato (Rede-ES), sobre a urgência em avançar na proteção das mulheres.

Alessandro concordou sobre a necessidade de ampliar o rol de crimes imprescritíveis, mas defendeu a aprovação imediata da proposta de Rose. Ele reforçou que os ricos são os que mais beneficiam da possibilidade de prescrição de crimes, apresentando recursos até a prescrição da pena.

## Flávio Arns defende manutenção de fundo para educação básica

Flávio Arns (Rede-PR) defendeu ontem a aprovação de proposta que torna o Fundeb permanente. Ele é relator de proposta nesse sentido (PEC 65/2019), que passou a tramitar com a PEC 33/2019.

O senador ressaltou que os recursos financiam desde as creches, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional, educação de jovens e adultos até a educação de pessoa com deficiência, indígenas e quilombolas. A valorização dos profissionais também depende do fundo, disse. Por isso, a manutenção é essencial, argumentou.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Para Girão, diálogo de novela configura apologia ao aborto

Eduardo Girão (Podemos-CE) denominou como “apologia ao aborto” diálogos de um capítulo de *Bom Sucesso*, transmitida pela TV Globo. A emissora exibiu uma cena em que uma personagem, diante de uma gravidez inesperada, diz: “Pensando bem ainda não é um bebê, é só um embrião”.

Ele informou que o promotor Fernando Martins, instaurou inquérito para apurar apologia ao crime de aborto. O senador elogiou o promotor e registrou que mais de 70% do povo é contra a legalização do aborto.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Debate sobre deficiência: avaliação biopsicossocial divide opiniões

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146, de 2015), pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que comprometem a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os demais”.

Para saber quem entra na definição, a lei previu a regulamentação, pelo Executivo, da avaliação biopsicossocial, que deveria ter entrado em vigor em janeiro de 2018, o que não ocorreu. Segundo Flávio Arns (Rede-PR), o atraso vem impedindo o acesso das pessoas com deficiência a políticas afirmativas. O senador propôs a audiência sobre o tema realizada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), Marco Antônio Castilho, e o representante da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, José Naum Chagas, defenderam a adoção

do Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBr-M) como balizador da avaliação, a ser feita por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

Eles criticaram a iniciativa do Ministério da Economia de estudar um novo modelo, com a avaliação centrada em um perito médico. Romário (Podemos-RJ) questionou por que analisar um novo modelo, se o IFBr-M já estava em ampla discussão na esfera do governo e nas organizações civis e acadêmicas. Arns também perguntou porque o governo está trabalhando em duas frentes diferentes.

A subsecretária de Perícias Médicas do Ministério da Economia, Karina Argolo, respondeu que vários órgãos do governo buscam um modelo único de avaliação “justa e correta, para dar o direito a quem realmente o tem”. A assessora especial da Casa Civil Lais Porto garantiu que o IFBr-M não será meramente descartado, e não será adotado um modelo sem base técnica e científica.

## Estímulo ao turismo cívico na capital é defendido em audiência

Brasília tem potencial turístico para competir com qualquer capital do mundo, segundo participantes da audiência de ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. O debate foi proposto pelo presidente do colegiado, Izalci Lucas (PSDB-DF).

A secretária de Turismo do DF, Vanessa Mendonça, disse que, embora Brasília já seja reconhecida como destino turístico, é preciso reforçar que a cidade foi construída como símbolo da esperança. Para ela, é fundamental resgatar a história recente da capital, até mesmo entre os moradores. Vanessa defendeu o turismo cívico como política de Estado. Além de valorizar instituições e tradições, ela acredita que a medida reforça a cidadania, gera pertencimento e aumenta o vínculo da sociedade com a cidade.

A presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Distrito Federal, Cláudia Maldonado, citou o exemplo de Washington, nos

Estados Unidos, e Joanesburgo, na África do Sul, que valorizam os símbolos nacionais como fórmula para impulsionar o turismo cívico. Ela disse que Brasília tem os mesmos valores, independentemente de partidários políticos.

Vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Distrito Federal, Henrique Severien disse que Brasília precisa incentivar a cultura da visitação. Segundo ele, o turismo cívico deve ser estimulado entre toda a população, desde a infância.

Izalci concordou que o turismo cívico deve ser política de Estado. Para ele, os estudantes do próprio Distrito Federal precisam de oportunidades para conhecer bem onde moram.

Após a audiência, a comissão aprovou dois requerimentos do senador. Um deles para debater a elaboração da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, o outro para discutir a expansão regional dos serviços de telecomunicações, principalmente os referentes ao acesso à internet.

# Frota: milícia virtual está dentro do Planalto

Segundo o deputado, contas falsas em redes sociais, disparos automatizados e ataques combinados são usados sob a coordenação do vereador carioca Carlos Bolsonaro

O DEPUTADO ALEXANDRE Frota (PSDB-SP) disse ontem que o Palácio do Planalto emprega três assessores responsáveis por uma “milícia virtual” que opera campanhas de ataques nas redes sociais contra adversários e dissidentes do governo. O coordenador das atividades seria o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro, filho do presidente da República, Jair Bolsonaro.

O depoimento de Frota foi dado à comissão parlamentar mista de inquérito que investiga notícias falsas nas redes sociais e assédio virtual, a CPI Mista das Fake News. O deputado citou como membros do grupo os servidores Tercio Arnaud Tomaz, José Matheus Salles Gomes e Mateus Matos Diniz. Os três estão lotados desde janeiro na Presidência da República em cargos comissionados e já foram convocados a prestar



Deputada Lídice da Mata e senador Angelo Coronel ouvem o depoimento de Alexandre Frota à comissão mista

depoimento à CPI.

— Sei tudo o que eu vi, vivi e ouvi. A rede de intrigas de Bolsonaro produz material em escala atacando quem estiver na frente ou venha a discordar. Ficou claro que o Palácio do Planalto virou um porto seguro de terroristas digitais. Fui o primeiro a denunciar, e por isso fui expulso do PSL — disse.

Essas “milícias”, segundo Frota, usam contas falsas em redes sociais, disparos automa-

tizados e ataques combinados. Os participantes se reúnem em fóruns ou aplicativos de mensagens, escolhem alvos e elaboram conteúdos, que podem ser imagens, vídeos, notícias falsas ou hashtags. O material chega às redes de forma sincronizada e é amplificado por usuários reais e perfis mecanizados. Empresas de marketing digital também atuam na produção e na divulgação.

Além do grupo do Planalto,

Frota apontou outros dois núcleos que atuariam com o mesmo método e com os mesmos objetivos: um deles coordenado pelo blogueiro Allan dos Santos, responsável pelo portal Terça Livre, a partir de uma residência em Brasília, e outro lotado em um gabinete da Câmara dos Deputados.

Frota também relatou que, em fevereiro, recebeu uma ligação de Bolsonaro após um pronunciamento no Plenário

da Câmara no qual defendeu a prisão de Fabrício Queiroz, ex-assessor da família Bolsonaro flagrado com movimentações financeiras milionárias pelo Coaf. Ele ouviu do presidente por telefone que deveria “calar a matraca”. Frota se dispôs a ceder o seu sigilo telefônico à CPI para comprovar a conversa.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que essa revelação foi a mais grave de toda a oitiva, pois evidenciaria obstrução da Justiça por parte de Bolsonaro.

O depoimento de Frota foi contestado por parlamentares da base do governo, que usaram a mudança de partido do deputado para acusá-lo de “ressentimento”. A deputada Caroline De Toni (PSL-SC) disse que se as acusações de Frota forem verdadeiras, ele foi conivente com o que testemunhou antes de trocar o PSL pelo PSDB.



Rachel Biderman, Larissa Schmidt, Fabiano Contarato e André Lima

## Debate: política de mudanças climáticas enfrenta obstáculos

A Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (PNMC), na qual o Brasil ratificou perante à Organização das Nações Unidas os compromissos de redução de emissões de gases do efeito estufa, foi bem avaliada pelos representantes de entidades ambientalistas ouvidos ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). No entanto, segundo os especialistas, o pleno cumprimento da legislação enfrenta obstáculos enquanto o país tratar as emissões como questão secundária.

A representante do World Resources Institute (WRI), Rachel Biderman, elogiou a PNMC (Lei 12.187, de 2009) como parte de um arcabouço jurídico amplo em defesa do meio ambiente, mas disse que as emissões de gases de efeito estufa continuam crescendo no Brasil. Além de defender a regulamentação do mercado de carbono como forma de atrair investimentos, ela criticou a pouca repressão a crimes ambientais e co-

brou uma política tributária que incentive o mercado de baixas emissões de gases causadores do efeito estufa.

Consultora ambiental da Ecoadvice, Larissa Schmidt avaliou a PNMC como boa resposta jurídica à situação em que o país se encontrava em 2009, mas disse que o Brasil está retraído em face de seus compromissos ambientais internacionais. Ela citou questões como a falta de uma educação específica para a transição imposta pelas mudanças no clima e sublinhou que o investimento numa economia de baixo carbono inclui necessariamente questões urbanas.

Representante do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), André Lima disse que a grande contribuição do Brasil nos últimos 15 anos foi a redução significativa dos desmatamentos. Mas a regularização fundiária por autodeclaração, disse, pode causar um retrocesso de três décadas na agenda ambiental da Amazônia.

## Indústria de óleo defende ampliar exportação de produtos da soja

O Brasil precisa reduzir suas exportações de soja em grão e aumentar as vendas de farelo e óleo de soja como forma de agregar valor à produção agrícola e estimular as indústrias do setor, alertou o representante da Cargill Brasil e presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, André Nassar, em audiência na Comissão de Agricultura (CRA).

Representantes do governo federal analisaram também os acordos bilaterais que o Brasil celebrou recentemente. Segundo a diretora de Comércio do Ministério da Agricultura,

Ana Lúcia Gomes, o acordo de comércio entre o Mercosul e a União Europeia, anunciado em junho, deverá liberar 82% do comércio de produtos agrícolas em até dez anos, com excelentes benefícios para o Brasil.

A coordenadora-geral de Negociações Comerciais Extrarregionais do Ministério das Relações Exteriores, Paula Aguiar Barboza, explicou que, na década de 90, apenas 70 acordos bilaterais respondiam por menos de 30% do fluxo comercial internacional. No final de 2010, já eram 400 acordos comerciais que davam conta de mais de 60% dos fluxos.

## Confúcio quer fundo para emergência com hidrocarboneto

Confúcio Moura (MDB-RO) defendeu ontem em Plenário a criação do Fundo Nacional de Responsabilidade por Poluição Causada por Incidentes com Hidrocarbonetos. O objetivo, explicou, é garantir uma reserva financeira para contornar situações emergenciais, como a do aparecimento de manchas de óleo no litoral do Nordeste.

— É para salvaguardar, para remediar possíveis acidentes com petróleo, com refinarias, com explosões, com derramamentos em alto mar — afirmou o senador.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Para Collor, fim de colegiados dificulta ação contra óleo

Fernando Collor (Pros-AL) criticou o governo por acabar com os colegiados responsáveis pela operacionalização do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas Nacionais, criado em 2013. Segundo Collor, a decisão, tomada em abril, inviabilizou o acionamento do plano em sua integralidade, o que tornou a resposta federal ao derramamento de óleo na costa do Nordeste tardia e lenta.

— O maior desafio ainda está por ser enfrentado: a destruição de mangues e de arrecifes de corais na costa do Nordeste.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Aprovado acordo para troca de informações Brasil-Europol

Foi aprovado em Plenário ontem o projeto que ratifica texto do Acordo de Cooperação Estratégica entre o Brasil e o Serviço Europeu de Polícia (Europol). O documento foi celebrado em Haia, Países Baixos, em abril de 2017. O acordo contribuirá para a prevenção e o combate ao crime organizado, ao terrorismo e a outras formas de crime internacional. O texto vai a promulgação.

## Petecão lê carta de brasileiros sobre caos na Bolívia

Sérgio Petecão (PSD-AC) leu ontem uma carta que recebeu de brasileiros que estudam em Cochabamba, na Bolívia, na qual relatam uma série de dificuldades após a eleição presidencial, que deu mais um mandato a Evo Morales.

— Faço um apelo ao presidente Jair Bolsonaro porque essa carta relata uma situação de desespero — disse o senador.

Na carta, estudantes de medicina relatam falta de comida e de água potável, bancos fechados, falta de remédios, grupos violentos pelas ruas, escolas e universidades fechadas. Eles chegam a pedir que o governo brasileiro os resgate.